

# ECONOMIA E MISSÃO NA VIDA RELIGIOSA APOSTÓLICA

## Opções fundamentais sustentabilidade e gestão

*Estêvão Raschiatti*  
rasquio@ccm.org.br

**RESUMO:** *A celebração do Ano da Vida Consagrada levou a equipe Interdisciplinar da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) a refletir sobre crises e desafios da conjuntura atual. Entre as várias instâncias tomadas em consideração, a economia é uma dessas dimensões críticas que revelam a necessidade de uma mudança estrutural, sobretudo no que diz respeito à sustentação das obras e das frentes missionárias. Equacionar opções fundamentais, sustentabilidade e gestão das organizações e dos projetos não é tarefa fácil. Resistências são determinadas muitas vezes por visões ultrapassadas que não abrem espaço à renovação e que geram desconforto. Contudo, uma nova abordagem paradigmática está despontando a partir de uma releitura das fontes bíblicas e históricas, junto à necessidade de um gerenciamento organizacional mais participativo e profissional. A reflexão que aqui apresentamos é parte de um ensaio mais amplo.*

**ABSTRACT:** *The celebration of the Year of Consecrated Life led the interdisciplinary team of the Conference of Religious of Brazil (CRB) to reflect on crises and challenges of the current situation. Among the various instances considered, the economy is one of those critical dimensions that reveal the need for structural change, particularly with regard to the sustainability of the works and missionary fronts. Equating fundamental choices, sustainability and management of organizations and projects is no easy task. Resistances are determined often by visions overcome that do not ways for renewal and that generate discomfort. However, a new paradigmatic approach is emerging from a rereading of the biblical and historical sources, with the need for a more participatory and professional organizational management. The reflection presented here is part of a larger work.*

## INTRODUÇÃO

O tema da economia na Vida Religiosa Apostólica (VRA) diz respeito à encarnação do carisma fundacional, à vida concreta das comunidades e a operacionalização dos projetos missionários. Por ter a ver com essas dimensões históricas, a economia é uma mediação essencial, por nada meramente funcional, que revela a consistência dos ideais, o sentido das aspirações, a relevância das propostas, a qualidade das perspectivas e a estrutura da missão. Por ter a ver com a finitude dos bens temporais, porém, sua gerência é fonte de ambivalência e tentações, particularmente em relação ao dinheiro (cf. Lc 16,13). O exercício e o discernimento da matéria econômica é exigência permanente, nunca suficientemente cumprida no embate com um mundo capitalista que desafia a vida religiosa principalmente neste campo.

Contradições e ansiedades em relação aos bens temporais sempre fizeram parte inevitável do cotidiano das comunidades missionárias. Hoje talvez as conjunturas congregacionais tenham mais consciência de seus limites e incongruências: por causa disso, há uma busca sincera e intensa de caminhos de renovação mais significativos e ajustados aos tempos. Resta, porém, um gap ainda muito profundo entre valores, normas e práticas missionárias, não somente pela incoerência das pessoas e pelas fragilidades das relações, mas provavelmente também porque há algo equivocado na maneira de encarar a economia na VRA.

Dedicamos este ensaio a tentar nos debruçar nessa questão, articulando três âmbitos-chave: opções fundamentais, sustentabilidade e gestão. O primeiro tema diz respeito aos ideais de vida; o segundo, à captação de recursos; o terceiro, à estrutura de gerenciamento destes recursos. Nosso âmbito de pesquisa será voltado para o legado missionário da VRA em geral e para a tradição xaveriana em matéria econômica em particular: as Constituições, o Diretório dos Bens Temporais e os Documentos do XVI Capítulo Geral.<sup>1</sup> A

---

<sup>1</sup> Esse capítulo realizado em Tavernério, Itália, de 15 de junho a 13 de julho de 2013, teve como um dos temas de reflexão e de debate “A co-responsabilidade e comunhão dos bens

nossa congregação não se distingue de muito das outras, apesar da opinião consolidada de que teríamos uma originalidade peculiar sobre o voto de pobreza.<sup>2</sup> Portanto, nossa reflexão diz respeito à vida consagrada como um todo e aos entraves que são muito comuns entre os religiosos e as religiosas, tomando os xaverianos apenas como exemplo elucidativo, concreto e referencial.

## 1. OPÇÕES FUNDAMENTAIS

Sobre o sentido do voto de pobreza na VRA, intimamente relacionado ao de castidade e de obediência no conjunto dos conselhos evangélicos, fala-se muito e em diversas ocasiões, ao ponto que não tem muito a acrescentar. Pode ser entendido na perspectiva de dois eixos fundamentais que se embasam nas Bem-aventuranças e, que podemos chamar de vertical e de horizontal.

O primeiro refaz-se ao mistério da encarnação do Filho que “embora fosse rico, se tornou pobre por causa de vocês, para com a sua pobreza enriquecer a vocês” (2Cor 8,9). Pobreza, neste caso, não tem imediatamente a ver com o despojamento dos bens temporais, mas com o dom total de si no seguimento do Senhor, como única coisa necessária (cf. Lc 10,42). Os discípulos, portanto, tornam-se “pobres em espírito” (Mt 5,3), pobres por uma força interior, ao afirmar o primado de Deus em sua vida e a radical doação aos outros (cf. C 25), para enriquecer a todos com sua própria entrega até as últimas consequências.

---

para uma sustentabilidade econômica”. Apesar de não ter atendido a todas as expectativas dos representantes das diversas circunscrições, o documento final é sem dúvida o mais atualizado em matéria econômica, e reflete uma discussão aberta, às vezes polarizada, na maior instância deliberativa do instituto xaveriano.

<sup>2</sup> Este é um mito entre os xaverianos. Na realidade, não são poucas as congregações e, sobretudo, as novas comunidades de vida, que sobrevivem da Providência, renunciando a possuir bens estáveis de qualquer natureza e com um testemunho bem mais coerente. As ordens mendicantes tem essa prática nas origens de seus carismas. Seria muito interessante pesquisar porque se tornou impossível manter este ideal uma vez que as diversas organizações atingiram um determinado nível de maturidade.

A segunda dimensão, complementar à primeira, diz respeito à difusão dos valores do Reino no meio da humanidade. Também aqui, pobreza não tem nada a ver com o desprezo dos bens temporais, e sim com a promoção da partilha desses bens (cf. At 2,42), da fraternidade (cf. Jo 15,12), da igualdade (cf. 2Cor 8,13), da sobriedade (cf. Mc 6,8), da solidariedade (cf. Lc 9,13), da gratuidade (cf. Mt 5,42), do bem comum (cf. At 4,32). Neste caso, a pobreza evangélica não é apenas um ideal ascético: é, antes de tudo, manifestação profética do Reino de Deus, “verdadeira aparição divina da verdade”<sup>3</sup>, que desafia as estruturas de domínio e de morte deste mundo.

### **Opção pela vida nova em Cristo**

Redescobrir esta dimensão teológica é de suma importância porque a pobreza não representa um fim em si mesma em relação aos bens temporais, mas constitui o caminho fundamental de dom e de serviço traçado por Cristo para a missão da Igreja (cf. AG 5). A pobreza como compromisso, assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados e das vítimas deste mundo, testemunha ao mesmo tempo o mal que ela representa e a liberdade espiritual perante os bens (cf. Medellín 14,4c). A ambivalência da pobreza encontra respaldo nas palavras de Jesus, ao declarar felizes os “pobres em espírito” em Mateus e “vocês, os pobres” em Lucas (cf. Lc 6,20b). Jamais os Evangelhos declaram “felizes os pobres”. A pobreza em si, o estado de necessidade, de indigência ou de injustiça, não traz felicidade. Somente a pobreza assumida livremente como dom de si traz uma plenitude que é participação à vida divina (cf. 2Pd 1,4).

O *Documento de Aparecida* (DAp), ao denunciar a pobreza como um “flagelo”, convida a Igreja a uma evangelização integral que unifica “a preocupação pela dimensão transcendente do

---

<sup>3</sup> Cf. RATZINGER, Joseph. Der Dialog der Religionen und das jüdisch-christliche Verhältnis, in: *Internationale Katholische Zeitschrift Communio* 26 (1997), p. 419-429.

ser humano e por todas as suas necessidades concretas” (DAp 176). A vida nova em Cristo “atinge o ser humano por inteiro e desenvolve em plenitude a existência humana em sua dimensão pessoal, familiar, social e cultural” (DAp 350), pois:

*“inclui a alegria de comer juntos, o entusiasmo para progredir, o gosto de trabalhar e de aprender, a alegria de servir a quem necessita de nós, o contato com a natureza, o entusiasmo dos projetos comunitários, o prazer de uma sexualidade vivida segundo o Evangelho e todas as coisas com as quais o Pai nos presenteia como sinais de seu sincero amor” (DAp 350).*

O estilo de vida evangélico não é por nada sacrificado e severo, mas também não é consumista e individualista. Em ambos os casos, o sentido da vida obscurece e degrada: “o Senhor, que nos convida a valorizar as coisas e a progredir, também nos previne sobre a obsessão por acumular” (DAp 357).

### **Opção pela vida para todos**

Por isso, “as condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem a esse projeto do Pai e desafiam os cristãos a um maior compromisso a favor da cultura da vida: o Reino de vida que Cristo veio trazer é incompatível com essas situações desumanas” (DAp 358). Coerentemente a esse princípio e a essa realidade histórica, todos os cristãos são chamados de maneira determinada e arrojada a optar pelos pobres (cf. EG 198), porque Deus manifesta a sua misericórdia antes de tudo a eles (cf. Dt 7,7-8a). Esta opção é em favor da vida para todos contra as “intoleráveis das desigualdades sociais e econômicas” (TMA 51), e diz respeito a “uma dimensão constitutiva de nossa fé em Cristo” (DAp 257), pois “os cristãos são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles (...) Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo (cf. Mt 25,40)” (DAp 393).

O voto de pobreza na VRA está estritamente relacionado à opção pelos pobres (cf. C 27), que significa advogar pelos pobres, lutar pela justiça e a despertar a esperança em meio às situações mais difíceis (cf. DAp 395). Para engajar-se nestas causas é preciso o dom de si, porque “a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros” (DAp 360). Dom da vida e transformação da vida pelos valores do Reino determinam também um estilo missionário simples, despojado, solidário, marcado pela proximidade e pela amizade com os pobres, feito de gestos concretos, atitudes, escolhas que tendem a evitar qualquer assimetria e paternalismo (cf. Mt 10,9-10; DAp 398; C 26; 28.3).

### **Opção por Deus como único e verdadeiro bem**

A VRA perde-se completamente quando desconecta a virtude da pobreza da realidade dos pobres e da positividade dos bens deste mundo que ajudam as pessoas a crescer. Chamam-se de “bens” exatamente porque tem algo positivo, necessário as pessoas para que elas possam desenvolver. A humanidade não poderia alcançar a sua própria realização, chegar a Deus (cf. GS 24) e cumprir com a própria missão no tempo, se não tivesse a disposição os bens temporais necessários. É pura insensatez propor um ideal estóico fim a si mesmo, com expressões maniqueístas totalmente desencarnadas da vida cotidiana. Isto não dignifica a pessoa humana e nem corresponde de maneira alguma à vida nova em Cristo (cf. DAp 284; 380). Afinal das contas, o voto de pobreza assim entendido se divorcia também da missão, aderindo a um mundanismo espiritual deturpador da própria imagem de Deus (cf. EG 93-97). Claramente, os bens temporais mantem sua positividade na medida em que são colocados a serviço das pessoas. Tornam-se ídolo quando são acumulados e confiscados do bem comum para um bem exclusivamente individual, adquirindo um valor em si e ser usados como instrumento de dominação. Neste caso, o mal não está nos bens, e não adianta demoniza-los, porque a iniquidade está no coração dos homens (cf. Mc 7,15).

Elemento unificador de discernimento da relação entre os bens temporais e o caminho discipular é, afinal, o próprio Deus. Com efeito, “ninguém pode servir a dois senhores” (Mt 6,24): para o discípulo de Jesus o único e verdadeiro bem é Deus (cf. VC 21), a única e verdadeira alegria é pertencer a Ele, agradar a Ele e cumprir a justiça do Reino. Esta é a opção fundamental da VRA, não tem outra. Por este caminho, os bens temporais possuem um valor apenas instrumental a serviço de Deus e dos irmãos. Não há nenhum tipo de valor absoluto nem na posse e nem na não posse dos bens, mas apenas na destinação e na conveniência conjuntural de seu uso em relação ao supremo Bem. Chamam-se de “bens temporais” exatamente em oposição aos “bens eternos”, para afirmar sua relatividade e inconsistência em si. Ao mesmo tempo, pela própria dinâmica do mistério da encarnação, tornam-se necessária mediação para a realização do plano de Deus na história.

## 2. SUSTENTABILIDADE

Portanto, enquanto instrumentos a serviço do bem comum e do plano de Deus, os bens temporais não podem ser considerados alheios a nenhuma proposta de vida cristã. Pelo contrário, devem encontrar nesta proposta a finalidade para a qual foram criados e devem ser utilizados. Todavia, precisa sempre transparecer no exercício da missão da Igreja o seu não apoiar-se nos bens terrenos, e sim no poder de Deus, o qual muitas vezes se manifesta na fraqueza de seus meios e de suas testemunhas. Por isso, “é preciso que todos os que se consagram ao ministério da palavra de Deus utilizem os caminhos e meios próprios do Evangelho, tantas vezes diferentes dos meios da cidade terrena” (GS 76).

A tensão entre os bens últimos e bens temporais na sustentabilidade da missão, permanecerá sempre uma questão aberta para a consideração do discernimento comunitário. Jamais será resolvida por normativas preceptivas. Talvez poderá ser norteada por orientações de caráter geral que precisam, porém, encontrar caminhos culturalmente contextualizados. É da própria natureza

dos bens temporais e do processo incarnacional fazer as contas com os diversos âmbitos conjunturais. O caminhar da missão em direção ao Reino é sempre um caminhar no Espírito que exige um trabalho permanente e penitencial de discernimento entre desejo, esperança, riscos a serem assumidos e realidade. Esse discernimento é feito a partir das origens do caminho, sem confundir a fidelidade ao Senhor com a fixação em modelos historicamente limitados.

Toda essa problemática sobre os bens temporais e a missão apostólica é encarada também pelos documentos xaverianos. Nestes aparece claramente que os recursos econômicos para o sustento dos missionários e de suas obras provêm da Providência (cf. RF 38; C 109; DGBT 2; XVICG 109), do próprio trabalho (remunerado) (cf. C 30, 109, 113; DGBT 2; XVICG 109), das coletas e dos benfeitores (cf. C 38,5; DGBT 2; XVICG 109, 116-117). Outras fontes de sustentação são categoricamente excluídas: “bens estáveis de qualquer natureza” (cf. RF 39; C 29) e “atividades puramente comerciais” (cf. DGBT 3).

## O papel da Providência

Ao ler esses documentos chama à atenção as lacônicas informações e orientações sobre os recursos econômicos para o sustento dos missionários e de suas atividades.<sup>4</sup> Aqui, exatamente, podemos encontrar um primeiro e crucial entrave em toda a

---

<sup>4</sup> Na *Carta Testamento* do Fundador (1921), nunca aparece a palavra “Providência” e a pobreza é tratada apenas como estilo de vida apostólico: nunca se toca no assunto das receitas. Na *Regra Fundamental* (1931), a Divina Providência é mencionada só uma vez e se argumenta mais sobre a gestão do que sobre a captação dos recursos. As *Constituições* (1984) citam três vezes a Providência (quando falam dos benfeitores, da devoção a São José e, finalmente, das fontes de sustentação), três vezes o trabalho, deixando implícita a remuneração, e uma vez “os meios necessários para a sua finalidade” [do sustento] (C 109), sem especificar quais são. Outros documentos retomam de maneira muito sóbria as orientações e as normas das *Constituições* em tema de recursos econômicos, citando apenas “as ofertas da comunidade cristã” (DGBT 2; XVICG 117), “outras possíveis formas de sustentação” (XVICG 109) e “as contribuições locais” (XVICG 116) como fontes de receitas, reafirmando a interdição com os bens imóveis e com o comércio.



relação entre economia e missão: como podemos garantir uma administração responsável se não sabemos o fluxo e a entidade das receitas? Como podemos pretender viver a missão na comunhão e na partilha, na sobriedade e na corresponsabilidade, se não temos noção do “que” concretamente partilhar? Como de fato uma instituição pode ser providente em relação ao sustento de seus membros e de suas atividades, se não determina com muita clareza suas fontes de renda?

A resposta costumeira a essas perguntas é que temos que confiar na Providência (cf. XVICG 109): “Olhem os pássaros do céu: eles não semeiam, não colhem, em ajuntam. No entanto o Pai que está no céu os alimenta” (Mt 6,26). Na realidade, Jesus sabe que o dinheiro não cai do céu e que o ócio não compensa, pois em outras passagens das Escrituras se afirma que os missionários têm que trabalhar e têm que ser remunerados de maneira digna se quiser viver e evangelizar (cf. Lc 10,7; 1Cor 9,14; 1Tm 5,18). No entanto, o Senhor previne os discípulos da excessiva angústia com as necessidades cotidianas e os convida a se concentrar muito mais na busca do Reino de Deus e da sua justiça (cf. Mt 6,33). Mas isso não faz da Providência uma fonte concreta de renda.

A Providência é definitivamente uma questão de fé e não de economia de onde tirar proveito. É próprio da vida cristã enxergar com maravilha e confiar na insondável ação de Deus na história e do primado dEle na evangelização (cf. EG 12; AG 2). A nós cabe fazer a nossa parte com sensatez, inteligência e responsabilidade, participando de Sua missão e, no fim, entregando tudo em Suas mãos. O próprio Concílio Vaticano II se encarregou de repensar a relação entre realidades históricas e realidades de fé, pois as duas “tem origem no mesmo Deus”: “seja permitido deplorar certas atitudes de espírito por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da ciência e que levam muitos espíritos a pensar que a fé e a ciência são incompatíveis” (GS 36). Portanto, procurar com competência possíveis fontes de recursos econômicos, no lugar de fiar-se na intervenção celestial, não somente é compatível com a ação da Providência, como também participam dela, uma vez que as pessoas “podem considerar que prolongam com

o seu trabalho a obra do Criador, ajudam os seus irmãos e dão uma contribuição pessoal para a realização dos desígnios de Deus na história” (GS 34). Em outras palavras, com o planejamento econômico e a soberana procura por meios sensatos de sustentação, participamos de maneira humanamente mais responsável, e espiritualmente menos infantil, da ação e do projeto providencial de Deus no mundo.

### **A função do trabalho**

Todavia, se afirma que a Providência se torna concretamente presente em primeiro lugar por meio do trabalho (cf. XVICG 109). Pressupõe-se “trabalho remunerado”: mas nunca se fala de remuneração nos documentos xaverianos, dando por subentendido que normalmente se trabalha de graça (cf. DGBT 3). Muitos missionários e missionárias na VRA trabalham sem remuneração, achando isso normal; muitos missionários e missionárias trabalham pela própria instituição, em diversos setores da formação, da assistência ou da administração, também sem remuneração, achando isso totalmente normal. Mas esta prática não corresponde à vontade explícita do Senhor que quis que seus missionários fossem pagos (cf. 1Cor 9,14). Com efeito, Jesus envia seus discípulos: a dar de graça o que receberam de graça, ou seja, a vida; a não levar ouro, prata ou cobre porque não vão (ou não deveriam!) utilizar dinheiro para anunciar o Reino dos Céus; a não levar alforje, túnicas e sandálias, sem dúvida para dar um testemunho de despojamento e de pobreza<sup>5</sup>, mas também “porque o operário é digno de seu sustento” (Mt 10,10; 1Tm 5,18).

---

<sup>5</sup> É muito interessante fazer notar que, ao mudar totalmente a circunstância para uma realidade de hostilidade e perseguição, muda também o modelo missionário. De fato, lemos no Evangelho de Lucas: “Jesus perguntou aos apóstolos: ‘Quando eu enviei vocês sem bolsa, sem sacola, sem sandálias, faltou alguma coisa para vocês?’ Eles responderam: ‘Nada’. Jesus continuou: ‘Agora, porém, quem tiver bolsa, deve pegá-la, como também uma sacola; e quem não tiver espada, venda o manto para comprar uma’” (Lc 22,35-38). Da mesma forma, em 1550, Francisco Xavier, em sua chegada ao Japão, terá que aprender de se despojar do próprio despojamento evangélico para vestir trajes nobres, apresentar-se com credenciais de embaixador, oferecer diversos presentes, para encontrar o príncipe Yoshitaka e pedir a permissão de pregar o Evangelho.

Com esse preciso espírito evangélico surgiram na Idade Média as ordens mendicantes.<sup>6</sup> Para essas ordens a esmola estava bem longe de ser entendida como fruto de um pedir indigente: ao contrário, era estritamente ligada ao serviço apostólico para qual se pedia um justo compenso.<sup>7</sup> Com efeito, tratava-se de uma nova organização de vida consagrada diferente da monástica, que surgia junto ao crescimento das cidades e ao declínio do latifúndio feudal. A própria estrutura da sociedade estava se configurando em torno dos mercados, do comércio, dos intercâmbios. Com os mendicantes a vida consagrada se desfaz do voto de estabilidade e se torna itinerante, inserida, urbana. Os meios de prover ao próprio sustento também mudaram: não é mais a propriedade e o trabalho da terra que garante o pão de cada dia (*ora et labora*), e sim o trabalho de alguma forma remunerado dentro de um sistema de mercado que os próprios religiosos ajudaram a criar.

Só sucessivamente, quando as comunidades dos frades cresceram e assim também as obras, ficou sempre mais complicado garantir o próprio sustento só com o trabalho remunerado. Desta maneira, a esmola adquiriu progressivamente um papel maior daquele contemplado nas origens e também tornou-se necessário recorrer a outras fontes de renda. Seja como for, as grandes ordens religiosas, os beneditinos antes e os franciscanos depois, nunca renunciaram a produzir riqueza a ser partilhada, a partir de uma pobreza evangélica livremente assumida. Com efeito, o distanciamento dos bens temporais, como também o contato dramático com a realidade da necessidade material, levou os consagrados a considerar os recursos econômicos à luz de uma nova racionalidade. Foi assim que a escola franciscana, por exemplo, produziu um pensamento econômico aprimorado refletindo sobre a teoria

---

<sup>6</sup> O Concílio de Lion (1274) reconheceu quatro “grandes” ordens mendicantes, suprimindo outras: os franciscanos (1209), os carmelitas (1206-1214), os dominicanos (1215) e os agostinianos (1256).

<sup>7</sup> Cf. SECRETARIATO GENERALE PER LA FORMAZIONE PERMANENTE – ORDINE DEI SERVI DI MARIA. *Vivere la povertà evangelica com Santa Maria nella tradizione mendicante*. Disponível em: <<http://servidimaria.net/sitoosm/2015/it/formazione/forper/2009.pdf>>. Acesso: 27/09/2015.

do valor, o mercado, o capital, o interesse, o preço, a moeda, etc., até chegar a instituir os Monti di Pietà, primeiras formas de microcrédito da história que representaram o confluir de uma ética econômica baseada na produtividade e no uso social da riqueza.<sup>8</sup>

### O comércio e os bens estáveis

A VRA, particularmente na tradição missionária, manteve esse espírito de laboriosidade e de engenhosidade de maneira exemplar. É edificante ver consagrados e consagradas colocar as mãos na massa em todas as tarefas ordinárias da vida, assim como em profissões e ofícios peculiares, como testemunho de simplicidade de vida, inserção solidária na existência concreta dos pobres, sustentabilidade e produtividade a ser partilhada, transformação da realidade e de todas as suas dimensões para colocá-las a serviço da humanidade e do Reino de Deus. Todavia, é esquisito encontrar nos documentos xaverianos a exclusão de “toda forma de atividade puramente comercial” (DGBT 3) quando também essa maneira de gerar riqueza deve ser resgatada a partir do Evangelho. Parece uma maneira puritana de se distanciar do âmbito do mercado, quase fosse uma dimensão diabólica que não nos deve contaminar. Existe de fato uma “atividade puramente comercial” no mundo dos negócios? Toda empresa comercial não conseguiria um significativo desempenho econômico se não se focasse nos benefícios que seus produtos trazem aos consumidores: caso contrário estaria fadada à falência. A desconsideração irracional por certas realidades seculares, que contudo devem ser abordadas com criterioso discernimento, acaba muitas vezes por aderir ingenuamente às mais ambíguas formas de comércio, como a espórtula pela reza das missas.

---

<sup>8</sup> As primeiras reflexões sistemáticas sobre a economia de mercado encontramos nas obras de Guilherme de Ockam, Pedro Olivi, Duns Scoto, pensadores franciscanos. Cf. BRUNNI, Luigino; SMERILLI, Alessandra. *Benedetta economia*. Benedetto di Norcia e Francesco d'Assisi nella storia economica contemporanea. Roma: Città Nuova, 2008; BAZZICHI, Oreste. *Dall'economia franciscana all'economia capitalistica moderna*. Una via all'umano e al civile nell'economia. Roma: Armando, 2015; TODESCHINI, Giacomo. *Ricchezza francescana*. Dalla povertà volontaria alla società di mercato. Bologna: il Mulino, 2004.

Outra incongruência que se encontra nos documentos xaverianos é a interdição sobre a posse de “bens estáveis de qualquer natureza” (C 29). Se considerarmos a missão *ad gentes* na sua expressão mais pioneira, dificilmente poderemos pensar em sua sustentabilidade imediata: pelo contrário, esta exige investimentos em longo prazo, antes de poder se tornar uma realidade autônoma. Missão, do ponto de vista estritamente administrativo, é “custo” para uma organização. Não se entendem porque bens estáveis não poderiam gerar recursos para viabilizar aqueles projetos que necessitam de investimentos, assim como para assegurar o bem-estar dos missionários que não são remunerados pelas precárias condições em que são acolhidos. Onde estaria a “pobreza radical” entre a comunidade religiosa acomodada que vive à custa do povo de Deus, e o bispo amazonense obrigado a alugar a casa episcopal para tirar seu sustento?<sup>9</sup>

### A participação do Povo de Deus

A missão é por sua natureza participativa. Da mesma forma que o Pai nos chama a participar de sua missão (cf. AG 2), assim todo Povo de Deus é convocado a cooperar com a missão universal da Igreja, concretamente e ativamente, nos diversos projetos missionários pelo mundo afora (cf. *Cooperatio Missionalis* 1). A esse dever de participação que convida a alargar os horizontes da caridade até os confins da terra, corresponde o também dever, por parte dos missionários, de convocar e de animar para que “todos os filhos da Igreja tenham consciência viva das suas res-

---

<sup>9</sup> Em *iSaveriani* 82 de 9/2014, à página 33, encontramos uma carta do subsecretário da Congregação para a Vida Consagrada, Pe. Sebastiano Paciolla, em resposta a uma solicitação do Pe. Luigi Menegazzo, sobre a norma xaveriana que proíbe a posse de bens estáveis (cf. C 29). O prelado procura uma justificativa: “a razão, pode-se supor, tem que ser procurada na liberdade e na disposição que a Sociedade precisa para poder realizar sua missão, sem que esta seja freada, em sua dinamicidade e resposta, pelas propriedades a ser administradas”. A pergunta é: quando o impulso da missão é freado justamente por esta norma, que acaba impedindo a realização de projetos apostólicos ousados, sua observância tem ainda sentido? Quando a missão se torna inviável por falta de recursos, valer-se de fundos alimentados por pequenos investimentos imobiliários, criteriosamente escolhidos, significa mesmo faltar de coerência com as opções fundamentais?

ponsabilidades para com o mundo, fomentem em si um espírito verdadeiramente católico” (AG 36), pois “a participação na missão universal é o sinal da maturidade da fé e de uma vida cristã que dá fruto” (RMi 77).

Quando, porém, a participação do Povo de Deus e das pessoas de boa vontade é direcionada prevalentemente a manter a vida ordinária de uma instituição, por mais santa e iluminada ela seja, alguma coisa de errado está acontecendo. Evidentemente, qualquer organização tira das arrecadações uma porcentagem “administrativa” para seu sustento<sup>10</sup>, caso contrário não teria como articular um trabalho de mobilização e animação. Mas quando as ofertas são destinadas quase que exclusivamente ao caixa da comunidade e não ao projeto missionário, isso revela graves falhas de gestão que acabam prevaricando as intenções dos próprios doadores. É verdade que os institutos de VRA têm como tradição terem seus benfeitores que ajudam a sustentar principalmente a vida interna da organização: essa prática, porém, tem suas profundas ambiguidades e deveria ser empregada em casos emergenciais ou extraordinários. Recorrer a pessoas amigas para resolver problemas pontuais, é absolutamente necessário (cf. Fl 4,10-20); recorrer às mesmas pessoas para resolver problemas do dia a dia, significa dependência doentia e utilitarista que faz do beneficiário um sujeito totalmente submisso às circunstâncias históricas, definitivamente inapto a anunciar o Evangelho.

A esse respeito a VRA hoje deve fazer um profundo exame de consciência sobre sua relação com os benfeitores: certas alianças duvidosas com ricos e poderosos, que implicam compromettimentos avessos à gratuidade evangélica, não expressam por um

---

<sup>10</sup> Com isso não podemos justificar totalmente a sustentabilidade de uma instituição à custa de projetos missionários de evangelização ou de desenvolvimento. Esta fonte de recurso tem suas dramáticas e paradoxais ambiguidades: praticamente, as necessidades dos pobres acabam atraindo recursos sem que se tenha a obrigação de produzir respostas sustentáveis e apropriadas a essas necessidades. Intervenções de cunho assistencialista se tornam, por demais vezes, um meio de sustento das organizações mais que uma resposta eficaz, pontual e articulada aos problemas das pessoas, além de gerar um *status* assimétrico de poder econômico entre os agentes missionários e seus interlocutores locais (cf. RMX 51.1).

acaso um mundanismo espiritual (cf. EG 95) que, por perseguir orgulhosamente um caminho de radicalidade cristã, acaba caindo uma “tremenda corrupção com aparência de bem” (EG 97)?

### 3. GESTÃO

Não há a menor dúvida que a sustentabilidade de uma instituição está estritamente relacionada à sua gestão organizacional. Luzes e sombras caracterizam elementos que recorrem na estruturação da vida e da missão das congregações de vida apostólica. Esses elementos são relacionados com os votos de pobreza e de obediência, conectando princípios não negociáveis com linhas de ação concretas e disposições organizacionais.

A primeira dessas disposições é o apelo à vida sóbria e a um estilo de vida simples, que tem como premissa a renúncia a qualquer bem pessoal ou de uso exclusivo (cf. C 28; 30; CT 4; RF 33; RMX 37.1; DGBT 27; 62; XVICG 112c; 112d). Uma segunda disposição está relacionada à comunhão plena e à partilha dos bens na comunidade, com conseqüente compromisso à transparência, à prestação de conta, à dependência e à participação na gestão (cf. C 28.1; RF 34-35; RMX 37.1; DGBT 30; 33-35; 59-61; XVICG 107; 112). Enfim, uma terceira linha de ação é a solidariedade e o engajamento no contexto sócio-cultural no qual se vive e se trabalha, com a escolha de meios simples e compartilhados com a comunidade local, no processo inculturado de operacionalização do projeto missionário (cf. C 26-27; RMX 51.1; 78-79; DGBT 65; 100). Desta maneira, essas orientações dizem respeito à gestão das três dimensões essenciais da vida consagrada: o caminho discipular, a vida fraterna e a missão. Cada uma delas merece uma análise e um aprofundamento.

#### **Estilo de vida efetivamente pobre**

Não há como duvidar que uma vida efetivamente sóbria, evangelicamente pobre, desprendida de qualquer apego, seja o traço mais característico de uma consagração a Deus. Esse desa-

pego não se limita aos bens materiais, mas se estende também aos bens temporais em todas suas dimensões e aos bens de significado, como a cultura, o sucesso, etc. (cf. C 25).

Todavia, até onde pode ir o desapego sem que ele prejudique a vida e torne inviável qualquer projeto missionário? Ao lermos algumas passagens dos documentos xaverianos, deparamo-nos com afirmações intrigantes um tanto distantes da realidade: “na comunidade local existe a plena comunhão dos bens: não existem, portanto, bens pessoais ou de uso exclusivo” (DGBT 62).<sup>11</sup> O que isso significa? Que os óculos que estou usando para escrever este artigo não são de uso exclusivo? A comunidade não me garante esse direito essencial à minha sobrevivência e dignidade? Isso, diga-se de passagem, vale com inúmeros outros objetos de uso pessoal pouco “imprestáveis” ou necessários para o dia a dia.

O não-reconhecimento da “indispensável esfera de autonomia pessoal” (GS 71), em todo seu sentido mais positivo de emancipação e maioridade, leva hoje a questionar a dimensão humana e humanizadora de qualquer projeto de vida. A debandada generalizada do ponto de vista da gestão institucional é mais do que evidente. De fato, a subjetividade expulsa pela porta da frente pelas congregações religiosas, entra de maneira selvagem pelos fundos como reivindicação inalienável da pessoa humana: toda dimensão antropológica essencial que se tenta negar, inevitavelmente retorna como *boomerang* de maneira descontrolada. Manifestações de individualismo exacerbado, de expedientes dissimulados, de conflitos comunitários, estão na ordem do dia: as pessoas não cabem mais dentro das prescrições normativas da vida consagrada. É bem verdade que tais atitudes dependem,

---

<sup>11</sup> No entanto, as Constituições xaverianas, seguindo o Direito Canônico, falam mais cuidadosamente de “limitação” no uso dos bens: supõe-se tanto em nível pessoal como comunitário (cf. C 30; CIC 600). Contudo, a *Regra Fundamental* de 1931 ia implacavelmente mais a fundo: “Pelo voto de pobreza o missionário renuncia ao direito de dispor livremente de qualquer coisa temporal digna de preço, sem a permissão dos superiores. A ele é proibido administrar por si seus bens. Ele deve considerar as coisas que lhe servem ao alimento, ao vestuário e aos outros usos da vida, não como próprias, mas do Instituto, ao qual deu o nome, ou da Missão à qual pertence, e dar-se por satisfeito com tudo o que lhe for designado para as suas necessidades pessoais” (RF 33).



pela maioria das vezes, da pouca maturidade dos indivíduos: mas essa pouca maturidade é fruto de processos formativos, sistêmicos e ideológicos gerados pela própria VRA.

Educar à liberdade no Espírito (cf. Gl 5) é sempre um tremendo desafio, particularmente hoje, diante da sedução de um mundo que cultua o ego como valor maior.<sup>12</sup> Propor um comunitarismo controlador e moralista como remédio a essa patologia contemporânea é propor um entorpecente para perigosos e insustentáveis fundamentalismos. O desapego evangélico aponta para algo muito mais centrado do que o renúncia das “coisas” de fora (cf. Mc 7,14): é o desapego mais radical e interior de si mesmo, o afastamento da tentação do “ego” auto-referencial e dominador. Trata-se de uma saída de si que parte do reconhecimento da pessoa como gestora da própria existência e desprendida de enquadramentos sistêmicos (cf. Lc 6,6-9), que canaliza aos poucos seu ser para um “ser em relação”.

### **Tudo em comum**

É por esses motivos que a vida em comum torna-se eixo constitutivo da VRA. A essência do Evangelho se situa eminentemente no âmbito das relações renovadas pelo perdão e pela misericórdia (cf. Mt 18,21-35), assim como o termo “irmão” é chave para compreender toda a dimensão paradigmática do Reino: Deus é Pai, nós somos seus filhos e filhas, irmãos e irmãs entre nós. A fraternidade é tudo: expressa concretamente a nossa fé e a nossa consagração a Deus. O que é a fé, afinal, senão um enredo de relações que aponta para uma comunhão?

No entanto, muitas vezes estas asserções não passam de bons propósitos. O principal problema da VRA hoje não são os números, nem as obras caducas e nem a idade dos seus membros: ao contrário, é a vida quotidiana em comunidade marcada muitas vezes

---

<sup>12</sup> Para um breve ensaio sobre a “crise do individualismo” no mundo de hoje leia-se: NOLAN, Albert. *Jesus hoje*. Uma espiritualidade de liberdade radical. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 41-53.

por mesquinhas picuinhas, conflitos mal resolvidos, sorrisos azedos, expressões tristes, olhares frios, gestos de conveniência, etc. “As enfermidades da fraternidade possuem forças que a destrói” sentencia Papa Francisco.<sup>13</sup> Os religiosos e as religiosas não podem ficar sem uma comunidade que os humanize. Entretanto, assistimos a uma fragmentação melancólica desta instância comparável à desagregação familiar na sociedade contemporânea. Algumas estruturas precisam urgentemente ser revistas e re-significadas. Entre elas, uma que fundamenta a vida em comum no aspecto econômico – princípio e fim de muitas desavenças – que é a partilha dos bens.

“Colocamos em comum tudo o que temos” (C 28), se declara solenemente. O alicerce desta afirmação está na passagem de At 2,44 que retrata a comunidade primitiva organizada exatamente em torno desse modelo. Mas no mesmo instante em que a comunidade de Jerusalém recorreu a uma gestão centralizada, começaram surgir a hipocrisia, a falsidade (cf. At 5,1-11) e as injustiças (cf. At 6,1).<sup>14</sup> A comunidade judeu-cristã, que se vangloriava de que entre eles ninguém passava necessidade (cf. At 4,34), de fato precisou de uma coleta para enfrentar a fome que sobreveio sobre toda a terra (cf. At 11,27-28). Ou seja, a carestia atingiu a todos, mas só Jerusalém precisou da ajuda dos outros (cf. Rm 15,26).

Essa coleta foi articulada entre as comunidades que não adotavam o mesmo modelo de comunhão dos bens, pois “os discípulos decidiram mandar uma ajuda cada qual segundo suas possibilidades” (At 11,19; cf. 2Cor 9,7). Em outras palavras, cada um administrava seus bens e os colocava em comum como quem “conhece a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo” (2Cor 8,9), “para que haja igualdade entre os irmãos” (2Cor 8,13).

---

<sup>13</sup> SPADARO, p. 9. Também as palavras do Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* são particularmente contundentes a respeito: “Por isso me dói muito comprovar como nalgumas comunidades cristãs, e mesmo entre pessoas consagradas, se dá espaço a várias formas de ódio, divisão, calúnia, difamação, vingança, ciúme, a desejos de impor as próprias ideias a todo o custo, e até perseguições que parecem uma implacável caça às bruxas. Quem queremos evangelizar com estes comportamentos?” (EG 100).

<sup>14</sup> Cf. MAGGI, Alberto. *Fede e economia*. Disponível em: <<http://www.studibiblici.it/>>. Acesso: 15/12/2015.

Colabora com a comunidade somente quem tem alguma coisa de “seu” pra dar. Quem não tem e só recebe, depende dos outros como uma criança. *Dependência*, infelizmente, é ainda uma palavra bastante recorrente nas normas das congregações de VRA (cf. C 30; DGBT 30; XVICG 112.a; CIC 600). Por esse caminho, porém, não podemos pensar em contar com sujeitos que cultivam um verdadeiro dom de si. Recentes documentos do magistério começam substituir *dependência* pelo termo *interdependência*, apontando para uma participação na gestão mais circular que vertical.<sup>15</sup>

Na realidade, nenhuma organização poderá renunciar a uma gestão orgânica de conjunto, menos ainda a uma liderança referencial. Quando, porém, se insiste em enfatizar “permissões”, “proibições”, “concessões”, se afirma de fato uma estrutura de poder patriarcal ou matriarcal de controle e de submissão, que nada tem a ver com a perspectiva do Reino anunciado por Jesus. Falar de fraternidade e comunhão no século XXI é falar de inclusão, de participação, de valorização dos diversos sujeitos, de organização distribuída mais que centralizada, de estrutura em redes mais que de hierarquia. Para VRA isso constitui um desafio e um chamado a articular suas relações não em base à coerção e sim em base à confiança e ao reconhecimento. A transparência, a comunicação intensa e espontânea na gestão só é possível nos dias de hoje quando existem relações de extrema confiança: o preceito em si é absolutamente incapaz de transmitir valor.

### **Projeto missionário**

A obra apostólica de muitos institutos missionários sempre foi animada por um dedicado ardor em favor dos pobres. A mobilização de esforços, de pessoas e de meios foi extraordinária e os benefícios inegáveis. Todavia, como sabemos, o modelo de cooperação missionária dos últimos dois séculos não foi isento de

---

<sup>15</sup> Cf. CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA. *O serviço da autoridade e a obediência*, n. 25.

fortes ambiguidades e contradições. Alguns estudiosos não deixaram de ressaltar que com a chegada do capitalismo no começo do século XIX, o cristianismo, e em particular o mundo católico, desarmou sua capacidade empresarial deixando a economia nas mãos dos homens de negócios.<sup>16</sup> A vida religiosa, primeira promotora de empreendimentos junto aos pobres, reduziu-se agora a ser cuidadora de obras de caridade, dependentes de subsídios externos incapazes de gerar riqueza, em detrimento do avanço das políticas públicas e exercendo um papel sistêmico dentro da economia liberal. Foi assim que a solidariedade sem subsidiariedade tornou-se inevitavelmente puro voluntarismo à mercê da esmola de quem detinha o controle social.

Hoje as congregações religiosas e suas comunidades precisam redescobrir a urgência de redefinir sua missão, talvez – e porque não – inspirando-se ao mundo corporativo das empresas que prezam por adotar programas bem objetivos na captação e na gestão dos recursos. Para a VRA não basta apenas ter um projeto comunitário de vida: é preciso, antes de tudo, configurar a comunidade apostólica a partir de um “Projeto Comunitário de Missão”, porque a comunidade se define a partir da missão, na missão e em vista da missão, e não antes e quase que independente da missão.<sup>17</sup>

Aonde se chega a uma formulação clara e a uma adesão consensual a um projeto comunitário de missão, determinando metas, orientações, opções, vínculos, contratos, sustentabilidade, etc., consegue-se alcançar de fato um “pacto social” entre os membros de uma organização. Onde isso não acontece, alimenta-se a proliferação dos projetos pessoais, os conflitos associados a gestões personalistas e esclerosadas, o desânimo com a perspectiva de um definhamento a curto prazo. Seriedade, profissionali-

---

<sup>16</sup> Cf. DE PAOLIS, Velasio. La rilevanza dell'economia nella vita religiosa. Disponível em: <<http://www.usminazionale.it/convegni/2007/depaolis.pdf>>. Acesso em: 15/12/2015.

<sup>17</sup> Cf. RASCHIETTI, Estêvão. O núcleo identitário e a dimensão profético-missionária da VRC. In: CRB Nacional. *Seminário Nacional para a VRC. Texto Base*. Brasília: CRB, 2014, p. 41.

dade, qualificação são condições essenciais que desafiam gestões ordinárias condicionadas pelo clericalismo conformista ou pelo genericismo anêmico e amadorial.

Não basta apelar-se ao carisma e à regra de vida, se estas instâncias não estiverem encarnadas num projeto concreto que tem começo, meio e fim. Por ter um fim, as diversas organizações precisam sempre inovar os projetos respondendo a novas demandas, novos desafios, novos desejos que emergem das novas conjunturas históricas. O carisma vivo tem a capacidade dinâmica de perceber os anseios concretos da realidade (marketing)<sup>18</sup>, e de abrir caminhos originais, brilhantes e atrativos de solução (inovação). As grandes inovações são fruto de um magis antropológico que fazem progredir a humanidade na busca de um mundo melhor para todos. Junto às inovações chegam também as “imitações” que se apropriam das novidades e as espalham, tornando-as patrimônio público para a sociedade e para a Igreja.

Nesse processo de inovação-imitação cria-se um círculo virtuoso que gera avanço e bem comum em termos de serviços. Uma sábia gestão profissional sabe perfeitamente que não pode parar na imitação, na repetição e na cristalização de suas ações: tem sempre que inovar, arriscar, desbravar novos caminhos, sem comparar, num primeiro momento, os resultados alcançados com o retorno do capital investido. “A missão é um problema de fé” (RMi 11), dizia João Paulo II, e a fé move montanhas (cf. Mt 17,20): cada instituição é chamada hoje a mobilizar e capacitar com ousadia e sem medo todos os recursos possíveis pela causa em que verdadeiramente acredita.

## CONCLUSÃO

A VRA foi celeiro de grandes inovações na história da humanidade desde o movimento monástico do primeiro milênio, às ordens mendicantes e às congregações missionárias do segundo milênio. Seus visionários fundadores e fundadoras conseguiram ver oportunidades onde os outros viram apenas

problemas: tinham olhos para ver nos pobres, nos marginalizados, nos jovens, nos sofredores, nos deficientes, nos migrantes, nas mulheres, nos negros, nos indígenas, nos povos do mundo, algo de grandioso e de bonito, um potencial, uma “grande colheita” (Mt 9,37) pela qual valia a pena investir. Conseguiram transmitir essa paixão a outros e outras que seguiram o mesmo caminho, atraídos e inspirados por seus carismas. Desta maneira, as organizações que surgiram podem ser consideradas como experiências de inovação e de elevação espiritual, social, política e econômica da humanidade.

Por todo esse legado hoje é preciso avançar: de um lado redescobrimo a evolução da tradição da VRA e a ambivalência foi conferida à questão econômica; por outro enfrentando os desafios atuais com criatividade e ousadia. O Documento de Aparecida convida toda e qualquer comunidade eclesial a não se instalar na comodidade (DAp 362), a entrar decididamente nos processos de renovação missionária, abandonando as estruturas caducas (DAp 365), a sair de uma consciência isolada e a lançar-se, com ousadia e confiança, à missão de toda a Igreja (DAp 363). Assim como a igreja apostólica, inspirada pelo Espírito, teve que romper com tradições, convicções e paradigmas para se abrir aos gentios – inclusive com orientações que não encontravam respaldo no ministério histórico de Jesus<sup>19</sup> – assim as congregações religiosas devem hoje ir além de suas realizações, de sua história, de suas tradições, até de suas constituições para abrir novos caminhos.<sup>20</sup> Cristalizações preceptivas conduzem inevitavelmente a uma reedição contemporânea do farisaísmo asséptico e farsante.

---

<sup>19</sup> É o caso da abolição da circuncisão não prevista por Jesus e nem deduzível dos seus ensinamentos. Cf. RAHNER, Karl. Toward a Fundamental Theological Interpretation of Vatican II. In: *Theological Studies* 40 (1979) 716-727;..

<sup>20</sup> O Decreto *Ad Gentes* convida as congregações de vida apostólica a “alargar mais a sua atividade em ordem à expansão do reino de Deus (...) adaptando, se for preciso, as suas Constituições” (AG 40).

Particularmente, neste ensaio abordamos a possibilidade de rever alguns conceitos sobre economia e missão na VRA. Em primeiro lugar, o testemunho fundamental não deveria estar baseado simplesmente no despojamento das coisas exteriores, mas no mais profundo despojamento de si; não no desprezo dos bens temporais, mas na promoção da partilha desses bens; não na renúncia castigada dos prazeres, mas na liberdade e na alegria em relação a todas as coisas com que o Pai nos presenteia. Com certeza, existem conexões delicadas e complementares nestes enfoques. Contudo, não só do ponto de vista disciplinar, mas também teológico fundamental, algo precisa ser repensado, à luz do Evangelho, em muitas regras e práticas de vida.

Em segundo lugar, argumentamos que não existem formas de sustentabilidade que estão perfeitamente em conformidade com o voto de pobreza. Todas elas são ambivalentes. Por isso, o apelo à Providência não deve absolutamente impedir a cooperação sensata e programada de todos possíveis recursos econômicos laboriosamente procurados e sabiamente ponderados. Sem subsidiariedade não há missão, e a busca de subsídios pode acontecer de muitas maneiras e sem impedimentos, desde que sejam coerentes com o Reino a ser proclamado, o discernimento comunitário e o contexto sócio-cultural no qual se atua.

Enfim, constatamos que hoje a gestão centralizada e despersonalizada da VRA deve fazer obrigatoriamente as contas com a reivindicação da autonomia pessoal, com a participação efetiva de todos e com a organização planificada, transparente, profissional. Gratuidade no livre dom de si, reciprocidade participativa e profissionalidade projetual, são três dimensões que precisam se articular para operacionalizar a missão. Sem a gratuidade pessoal toda gestão falta de paixão; sem participação comunitária todo projeto falta de adesão; sem profissionalidade gerencial todo empreendimento falta de rumo, qualificação, capacitação e direção.

Opções fundamentais, sustentabilidade e gestão são para a missão da VRA três âmbitos essenciais e interligados a partir dos

quais estruturar toda questão econômica. Estes precisam continuamente ser repensados, de maneira que a utopia não desmanche no desencanto. Resistências de mudança e de avanço são determinadas muitas vezes por visões ultrapassadas que não abrem espaço ao novo e que geram frustração. Hoje se necessita urgentemente não apenas de um *reposicionamento* como pressuposto, mas de uma *reforma* profunda da vida religiosa missionária. Papa Francisco não tem medo de usar esta palavra para a Igreja toda: porque deveríamos tê-lo nós?